



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - SEGURANÇA PÚBLICA / DIREITOS HUMANOS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1318/14	DATA: 09/12/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 15h20min	TÉRMINO: 16h27min	PÁGINAS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.

SUMÁRIO

Debates sobre a viabilidade política, jurídica, econômica e constitucional da federalização da segurança pública; e a criação do Ministério da Segurança Pública.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que tem como finalidade debater a viabilidade política, jurídica, econômica e constitucional da federalização da segurança pública e a criação do Ministério da Segurança Pública.

Esta audiência atende a requerimento de minha autoria, Deputado Domingos Dutra, e dos Deputados Fernando Francischini e Otoniel Lima.

Nós convidamos várias autoridades, como o Ministro da Justiça, o Presidente do CNJ, Ministro Lewandowski, o Procurador-Geral da República, que por diversas vezes, através da assessoria parlamentar, demonstrou interesse em discutir o tema, tentamos trazer alguns estudiosos da matéria e convidamos também o representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Até o momento só está presente aqui o Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, a quem convido para compor a Mesa. *(Pausa.)* Peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Eu lamento profundamente essas ausências, porque este tema é a segunda preocupação da sociedade brasileira e, do jeito que a criminalidade avança, acho que em pouco tempo, se não houver medidas concretas, a segurança pública passará a ser a prioridade para o povo brasileiro. Já não será mais o emprego, porque está controlado, não será a inflação, não será a corrupção, que é grande, mas a criminalidade.

E a ausência das autoridades aqui é de duas uma: ou estão com medo de enfrentar o tema ou então o ignoram por completo. Sendo uma ou outra ou sendo as duas causas, é mais grave ainda, porque em qualquer canto deste País, em qualquer cidade pequena, em qualquer cidade média ou nas grandes metrópoles a criminalidade assusta a todos. Já não é mais o acerto de contas que leva a milhares de homicídios todos os dias, a violência atinge todos os tecidos da sociedade. E a ausência sem justificativa é algo extremamente grave.

No entanto, nós, Parlamentares, estamos tentando fazer a nossa parte. Que ninguém nos acuse de omissão diante de um tema grave como este.



No segundo turno das eleições de 2010 ainda foi ventilado nos debates entre a Presidenta Dilma e o candidato de então, Ministro José Serra, a criação do Ministério da Segurança Pública, mas no pleito que se encerrou há pouco tempo não foi falado nada sobre isso. Não houve aprofundamento algum dos candidatos sobre o assunto. Nos governos dos Estados, também muito pouco. E o crime avança.

São mais de 50 mil homicídios só neste ano. Foram quase 53 mil mortes no trânsito. No ano passado, 50 mil estupros. Agora mesmo estamos verificando a questão da USP. Foi instalada uma CPI na Assembleia Legislativa de São Paulo para apurar os crimes sexuais praticados na maior universidade do País. Nós temos cerca de 28 mil roubos só de veículos. O crime organizado avançou no aparelho estatal, está aí a corrupção endêmica, também o roubo de cargas, o tráfico de drogas. Ou seja, a sensação que a gente tem é de que a sociedade e o Estado perderam a batalha para o crime.

O número de policiais assassinados é algo extremamente grave. O número de pessoas assassinadas por policiais, mais grave ainda. O sistema carcerário é uma fábrica de criminosos, Nós temos 574 mil presos, dos quais 40% são presos provisórios. Esse número aumentou. Quando eu fui relator da CPI do Sistema Carcerário, em 2009, a média era 30%, e aumentou para 40%. As prisões estão abarrotadas de presos. Tem mais mandado de prisão para ser cumprido do que a população que está presa. Se hoje o Estado brasileiro fosse cumprir todos os mandados de prisão não haveria onde colocar os presos. Há 4 anos o Espírito Santo fez um mutirão para executar os mandados de prisão e tiveram que colocar preso dentro de Kombi, de ônibus, embaixo de pé de manga, porque não tinha onde colocá-los.

Antes de passar a palavra ao representante da OAB, quero citar que o Estado de São Paulo hoje é dominado pelo PCC, completamente dominado pelo PCC. E no Rio de Janeiro, que há 8 anos o Governador Sérgio Cabral e agora o atual Governador Pezão transformaram, pelo menos é o que a gente ouve, a segurança pública em política de Estado, com as UPPs, ela hoje estão ilhadas. Policiais são mortos quase todos os dias, inclusive das Forças Armadas.

Portanto, foi com esta preocupação que eu, junto com o Deputado Francischini, propus esta audiência, que me parece já está bastante prejudicada.



Mas nós vamos fazer aqui um debate aberto, sem nenhuma pretensão. A nossa preocupação é abrir o debate, tentar colocar o assunto na agenda do Parlamento, porque, as formulações legislativas, por outro lado, são sempre para endurecer a legislação, e está provado que só ter leis não resolve a questão da criminalidade. É nesse sentido que a gente propôs esta audiência.

Nós agradecemos do fundo do coração à OAB, que mais uma vez dá sua contribuição e demonstra preocupação com o País, e lamentamos mais uma vez a ausência das outras autoridades.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, concedo a palavra ao Deputado Dr. Carlos Alberto.

O SR. DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente Domingos Dutra, demais Deputados presentes, Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, primeiro, eu queria ter a honra, se V.Exa. e o Deputado Francischini me autorizarem, de também subscrever esse requerimento.

Eu sou Deputado do Rio de Janeiro, fui Vice-Presidente do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Ainda que civil, na coordenação das Polícias Militar e Civil, pude perceber as entranhas do trabalho das polícias, no Instituto de Segurança Pública, que foi criado com o objetivo de fazer a unificação das polícias, mas que, infelizmente, não foi possível dado o desentendimento entre Polícia Civil e Polícia Militar.

Na semana passada, eu fiz um pronunciamento da tribuna da Câmara solicitando a atenção da Presidenta Dilma, já que nas eleições esse assunto foi tratado muito *en passant*. E todos devem lembrar que a Presidente Dilma pegou para ela essa responsabilidade, e explicitou na campanha, em função dessa verdadeira orgia criminosa que reina em nosso País, em todos os Estados da Federação brasileira, a criação de um sistema que pudesse congrega as forças de segurança em relação à segurança pública no País. Em função disso, como ela disse que quer ouvir os segmentos da sociedade, eu me pronunciei, não só como cidadão, mas como Deputado Estadual, e com a experiência de quem viveu a presidência do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.



Na semana passada, eu tive a oportunidade de dizer que no Rio de Janeiro, na semana retrasada, houve cinco mortes de policiais em 7 dias e mais a morte de um cabo do Exército que fazia a guarda ali no Complexo da Maré.

O que me atordoa é esse revanchismo, a indefinição de uma política pública de verdade, compatível com o que dispõe o art. 144 da Constituição Federal, que diz que a responsabilidade da segurança pública é dever de todos, e “todos” nós entendemos como União, Estados e Municípios. E para isso há a necessidade de se alterar inclusive a nossa Constituição Federal, o que a Presidenta se responsabilizou de fazer. Mas eu não tenho percebido, como disse o Presidente Domingos Dutra, nenhum movimento nesse sentido.

E eu quero fazer coro com V.Exa. e lamentar profundamente a ausência do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, do Sr. Wálter Maierovitch, representante da sociedade civil, e dos outros convidados que não compareceram a esta audiência. Como disse o nosso Presidente, até parece que estamos num mar de tranquilidade no País.

No Rio de Janeiro, Presidente, nós temos que ficar presos dentro das nossas casas gradeadas, sem poder sair, enquanto os facínoras estão livres, enquanto os bandidos do tráfico e a milícia trafegam “tranquilamente” — entre aspas — nas nossas ruas e avenidas. E nós temos que ficar presos em nossas casas. A situação chegou a um ponto insuportável.

O meu filho mais velho tem 45 anos e há 10 ele está nos Estados Unidos. E já naquela oportunidade ele me dizia: *“Pai, eu vou embora trabalhar fora, levar minha mulher e minha filha, porque eu não tenho mais confiança em deixá-las aqui e amanhã receber a notícia de que a minha filha foi sequestrada ou a minha mulher foi assassinada no trânsito.”* Ainda na semana passada, uma atriz de televisão — acho que da *TV Globo*, não me lembro do nome dela — foi assaltada na Avenida das Américas, durante trânsito complicado. Enfim, todo dia é essa história.

Realmente, é de se lamentar que não tenhamos a presença dessas pessoas aqui para debater a necessidade efetiva de se ter um Ministério da Segurança Pública, porque o que as polícias estaduais dizem, e é verdade, e eu vivenciei isso no Estado do Rio de Janeiro, é que elas não têm recursos na magnitude em que



precisam, estrutura e meios, material, pessoal, de recursos humanos, financeiro, para suportar a demanda do País.

Eu tenho convicção de que está na hora de termos um Ministério da Segurança Pública para, com recursos próprios, não ficar dependendo de migalhas do Conselho Nacional de Segurança, que não utiliza os recursos.

O sistema penitenciário é um caos absoluto. Eu fui Subsecretário de Justiça no Rio de Janeiro e posso assegurar que o sistema penitenciário está em absoluta falência, já está falido. O que disse o Presidente aqui é verdade. Nós temos 500 mil presos e precisaríamos, para cumprir os mandados de prisão, de mais 500 mil vagas, o que nós não temos. De algum tempo para cá o sistema penitenciário é uma fábrica de criminosos, sem falar no sistema socioeducativo, que não educa ninguém, no caso os adolescentes infratores, aqueles em conflito com a lei e que passam pelo sistema socioeducativo e vão desembocar no sistema penitenciário, porque vão reincidir no crime já adultos.

Enfim, eu diria que o Ministério da Segurança Pública é tão importante quanto o Ministério da Saúde, que é uma das nossas graves questões, e o Ministério da Educação. Nós tínhamos que dar atenção específica a essa tríade.

Quero parabenizar a OAB por estar aqui e lamentar a ausência dos demais convidados. Eu não sei qual a posição da OAB com relação a esse assunto, mas tenho convicção absoluta de que há realmente a necessidade de se ter um órgão centralizador da segurança pública, seja qual for o âmbito, municipal, estadual ou federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Agradeço a V.Exa.

Vamos passar a palavra ao nosso convidado corajoso, único presente nesta reunião, para ouvir a opinião da OAB, entidade que tem uma responsabilidade enorme, é nacional e tem contribuído para que este País seja o que é.

Concedo a palavra ao Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros. V.Sa tem o tempo de 20 minutos, mas a Presidência será tolerante.

Aproveito para registrar a presença dessa guerreira Deputada Rosane Ferreira, do Estado do Paraná, nossa quase Governadora, que vale mais que o Governador de lá. São dois corajosos que hoje estão aqui.



Em todo caso, a audiência está sendo transmitida pela Internet — peço que o convidado fale próximo ao microfone —, milhares de pessoas vão poder acompanhá-la, e é isso o que a gente quer: que o maior número de pessoas se envolva nesse processo, porque, como disse o Deputado Carlos Alberto, a segurança é dever de todos.

E só para fazer um parêntese, o conceito na Constituição de que a soberania nacional é de responsabilidade da União, a segurança pública, dos Estados, e os Municípios não têm nada a ver com isso está superado. O Brasil se urbanizou. Como é que o Município de São Paulo, com mais de 20 milhões de habitantes, não se envolve com segurança pública? Como é que as regiões metropolitanas, com 40 milhões de habitantes, ficam fora do processo de garantir a paz para a população?

Concedo então a palavra ao Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, representante da OAB.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS - Deputado Domingos Dutra, a Ordem dos Advogados do Brasil, aqui representada pelo Conselho Federal, entidade máxima da instituição, sente-se honrada por ter recebido o convite para expor sua posição a respeito dessa pretensão democrática que tramita nesta Casa Legislativa.

Quando o convite é feito à Ordem dos Advogados do Brasil, ele traz em seu bojo a legitimação da própria OAB, de que ela é a voz da sociedade civil também, de que, quando ela é ouvida, por certo as suas opiniões são legitimadas porque tem por função precípua legal não outra se não a defesa da cidadania da própria sociedade.

Daí porque, quando a Ordem dos Advogados do Brasil é convidada a opinar nessas audiências públicas na Casa da democracia sobre quais são os interesses da população, ela veicula exatamente a intenção de ver a população brasileira cada vez melhor atendida. E, por certo, as audiências públicas que acontecem nesta Casa são uma das melhores ferramentas para que isso aconteça: que a legislação, quando concretizada, vise a atender, da forma mais ampla possível, os interesses da sociedade. E a OAB quer participar como instrumento de aprimoramento da legislação e da legística como um todo.

Portanto, agradecemos imensamente o convite que nos foi feito, porque é o reconhecimento da função e do interesse da OAB em melhoria da sociedade, em



especial da legislação em relação à qual a população deverá respeitar e nela se balizar.

Igualmente, saudamos o eminente Deputado Dr. Carlos Alberto, a Deputada Rosane Ferreira, agradecemos a presença do nosso assessor de assuntos legislativos do Conselho Federal da OAB, Dr. Rodolfo Torres, e, igualmente, agradecemos a oportunidade de poder falar aos eminentes brasileiros interessados que aqui se encontram, servidores desta Casa. A Ordem dos Advogados do Brasil quer expor qual é a sua posição acerca desse assunto premente em relação ao qual os candidatos se propuseram a debater — a grande maioria foi eleita como os mais votados em seus Estados. Sem dúvida, em que pese o Deputado Domingos Dutra nos ter dito que esse seria o segundo lugar hoje no interesse nacional, há estudos e pesquisas, em que pese não formalizadas, indicando que em verdade o assunto primeiro de interesse da população é a segurança pública.

Se nós analisarmos os Deputados Federais eleitos em vários Estados da Federação, e posso citar a título de exemplo Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, que foram aqueles eleitos com o maior número de votos e que defendiam a bandeira do recrudescimento penal. Todos eles defendiam a bandeira da redução da maioria penal; de que presos não merecem progressão de regime de pena, senão com uma progressão mais rígida; de que vários crimes devem começar a ter o adjetivo de hediondos; de que a legislação penal deve recrudescer; de que os recursos, no âmbito criminal, devem igualmente ter seu seguimento dificultado e de que o trânsito em julgado das sentenças condenatórias passe a acontecer após a confirmação por decisão de segunda instância ou, originariamente, quando se tratar de competências originárias. Ou seja, recursos para os tribunais superiores somente serão feitos em caso excepcionais e não terão efeito suspensivo. As decisões condenatórias têm que surtir efeito desde logo.

Bem, essas foram as bandeiras desses então candidatos, hoje eleitos com larga votação, porque defendiam o recrudescimento penal. E por que isso? Porque hoje a intenção primeira da população é resolver o problema que mais a abate, ou seja, a insegurança que todos sentem.

Saúde não é problema? Saúde sempre foi problema. Educação não é problema? Educação sempre foi problema. Daí por que nós temos o Ministério da



Saúde e o Ministério da Educação. Trabalho nunca foi problema? Sempre foi problema. Daí por que nós temos o Ministério do Trabalho. Esses são interesses primários de uma sociedade, de um Governo e de um Estado.

Hoje a segurança pública está elevada ao patamar de interesse primário. Se está elevada ao patamar de interesse primário, parece-nos natural que, igualmente, o Governo e o Estado — não somente o Governo, mas também o Estado — passem a dar a importância necessária à segurança pública a ponto de lhe entregar uma parte do Governo, da gestão direta do Executivo, criando então o Ministério da Segurança Pública.

Não é mera conotação política que se dá a esse projeto de criação do Ministério. Não, é o reconhecimento de que segurança pública hoje passou ao mesmo nível com que já conta, há algum tempo, a saúde, o trabalho, a previdência social. A segurança pública hoje precisa ter um ministério porque, se não o tiver, não terá a atenção devida.

Segurança pública hoje é tratada pelas pessoas como se o assunto fossem os presídios, e presídios são aqueles ambientes nos quais estão colocados os que nós não queremos que participem da sociedade. É aquela assepsia social, é aquela limpeza social, em que os excluídos não devem participar da sociedade, e nós não queremos sequer lembrar que eles existem.

Portanto, não legislamos em favor daqueles que estão presos nem pensamos na ressocialização deles. Esquecemos que a ressocialização desses que estão presos é uma ferramenta essencial para a diminuição da criminalidade, que afeta a sociedade. Nós simplesmente queremos a higienização social e colocamos as pessoas nos presídios, achando que elas lá ficarão para o resto da vida, quando no Brasil não temos pena perpétua nem pena de morte, pelo menos não em situação excepcional, que é aquela de guerra.

Portanto, nós nos esquecemos de cuidar dos que estão presos, mesmo porque os presos no Brasil, em regra, são pobres, e pobres não têm influência política. Quem não tem influência política não vem ao Congresso pedir a legislação em seu benefício. Daí por que, em conclusão, ninguém pensa em pobre e ninguém pensa em preso. Portanto, nós nunca pensamos naqueles que estão nos presídios. A segurança pública, portanto, foi deixada de lado.



Por que hoje a segurança pública é algo tão premente? Porque começamos a sentir na pele — a classe alta e a classe média — o que é criminalidade. Então, a classe média e a classe alta começaram a provocar os governantes, os candidatos, o Legislativo. E isso é um assunto que vem à tona, mas sempre foi... Que bom que pelo menos agora as pessoas estão atentando para isso. E a forma como vimos tratando a insegurança pública, esse aumento de criminalidade, era ineficaz, tanto é que a criminalidade vem cada vez aumentando.

Temos que cuidar somente da criação de um ministério, somente do recrudescimento penal? Por certo, não. Nós temos que tratar também das causas dessa criminalidade. E todos nós que temos um mínimo de estudo em Política Criminal sabemos que as causas são ausência de trabalho digno, ausência de educação, ausência de política pública que chegue às bases.

Se você dá a um jovem estudo suficiente, a opção de ter um trabalho depois que terminar os estudos, condições mínimas de saúde e saneamento básico e moradia, as chances de essa pessoa ficar fora, à margem da sociedade e, portanto, não comungando dos interesses dela ou, com uma palavra mais técnica, dos mesmos bens jurídicos serão mínimas, porque, se ela participa da sociedade e comunga dos mesmos bens jurídicos, vai defender o patrimônio, a vida e a integridade física. Mas, se ela não participa da sociedade, se não tem saúde, educação, trabalho e moradia, não se sente inserida nesse grupo social. Ela está fora dele, está à margem; ela é, portanto, um marginal. O marginal não comunga dos mesmos interesses. Então, para ele, afrontar o patrimônio, afrontar a moradia, afrontar a integridade física é amoral, porque os bens jurídicos, que nós protegemos com leis, leis penais em especial, não são os mesmos bens jurídicos. Então, para ele, não é algo que ele sente como estando a violar.

Nós temos que, então, trazer essa pessoa que está de fora do nosso círculo social para dentro; nós temos que incorporá-la. Aí, sim, ela vai também querer proteger os mesmos bens jurídicos que, para nós, são importantes, mas para ela não são, porque não participa do mesmo círculo social.

E como é que você reinsere essas pessoas? Dando a elas, repito, saúde, educação, trabalho. Você tem que cuidar dessas pessoas. As medidas, portanto, são de cunho social. Você tem que cuidar da origem do problema. Se você não



cuida, se não resolve o problema, aí você vai tratar dos sintomas, que é essa criminalidade tão alta. Então, somente cuidar da punição aqui na ponta, dos sintomas vai resolver o problema da criminalidade? Por certo, não. Você tem que tratar da causa da doença, e não o sintoma.

Mas, ao mesmo tempo em que, em outras audiências públicas, nós sugerimos e cobramos do Executivo que aplique a legislação, que é muito bem elaborada aqui no Congresso, mas fica a depender do Executivo que a aplique, nós exigimos também que aplique corretamente as medidas — o Orçamento está feito, mas tem que ser aplicado em medidas de base social, em saúde, educação, trabalho, repito —, ele também tem que tomar medidas para os sintomas. Aí entra a ideia de criarmos o Ministério da Segurança Pública.

Sozinho ele resolverá o problema da criminalidade? Não. Mas é necessário? Sim. A situação real, fática hoje nos mostra que sim. Nós temos polícias e sistemas de prevenção e investigação. Separados, têm funcionado? Não, por falta de investimento. Nós ficamos na dependência de os Estados aplicarem investimento na estrutura das suas Polícias Estaduais, das delegacias, das viaturas, dos delegados, dos escrivães, dos policiais. E, se eles não investem, a criminalidade nos Estados aumenta. A sociedade é uma só; a sensação de aumento de criminalidade é uma só.

O Governo Federal consegue investir nos Estados? Ele tem limites, porque cada Estado tem a sua função orçamentária para investir nas suas Polícias Estaduais. O Governo Federal investe naquilo que é sua função federal. Em regra, ele investe na sua Polícia Federal, daí por que hoje a população idolatra a Polícia Federal, pois ela investiga, previne, tem investimento. Por que a Polícia Federal funciona tanto? Porque ela tem investimento, tem estrutura para funcionar. E por que as Polícias Estaduais não funcionam? Porque não têm investimento. A questão é essa! E, como elas são instituições distintas, elas não se comunicam, não têm uma unificação de informações.

As fronteiras nacionais e estaduais não são devidamente fechadas, e isso facilita a entrada de drogas e armas. O problema da criminalidade é a facilidade de entrada de drogas e armas. Isso deveria ser fechado onde? Na porta dos Estados e na porta do País. E quem faz isso? Fronteiras nacionais e fronteiras estaduais. Mas



elas não falam a mesma língua. Não há uma central de unificação de informação. Elas deveriam ter uma unidade de informação.

As Polícias Estaduais e a Polícia Federal poderiam ficar, como estão, falando uma mesma linguagem, mas isso não funciona, não tem funcionado. Qual é a ideia? Unificarmos a Polícia. Se a ideia é unificarmos a Polícia, não há problema algum, desde que elas passem a falar a mesma língua e a agir de forma sincronizada, visando coibir a entrada de drogas e de armas no País. Isso gerará um efeito cascata de forma benevolente para a sociedade e a diminuição de outros crimes. Daí por que a ideia de unificação da Polícia, não a unificação pragmática das Polícias em si, mas a criação de um ministério único, que coordenará de forma unificada a atuação das polícias.

Vejam só, uma coisa é nós criarmos o Ministério, a outra é unificarmos a polícia. Nós não precisamos, necessariamente, ter as duas medidas. Podemos ter o Ministério, para, uniformemente, gerir como essas Polícias vão funcionar. Parece-me que é elevar à causa primeira, à necessidade primeira, na sociedade, de o olhar do Governo para a segurança pública, assim como olha para a saúde, para o trabalho, para a moradia, para a Previdência Social, para a soberania nacional, tanto é que temos o Ministério das Forças Armadas, do Estado Maior. Ou seja, são situações que exigem a atenção primeira do Governo, para que a sociedade viva em paz social e tenha tranquilidade para viver, produzir e receber os investimentos externos. Ou achamos que os investimentos externos entrarão no Brasil, se eles, os investidores externos, não acreditarem que aqui os seus investimentos estarão seguros? Por óbvio que não.

Segurança jurídica, segurança pessoal e segurança patrimonial são ingredientes analisados pelos investidores. Se eles não acreditam no nosso Judiciário, nas nossas Polícias e no nosso Governo, por certo eles não vão deixar que o seu dinheiro entre no País e aqui gere riquezas. Por óbvio que não! Vão para outros lugares! Essa é uma questão de subsistência do País. Nós temos que pensar na criminalidade do País.

Portanto, criar um Ministério que irá gerir essa situação nos parece uma ideia de alta repercussão, benevolente e que merece, sim, o apoio do Conselho Federal



da OAB, em especial na discussão e no burilamento, no detalhamento de como isso se dará — se unificando polícias ou não — e de como se dará esse Ministério.

Mas, não tenham dúvida, da forma como tem sido feito até hoje não tem funcionado. Nós temos que unificar as Polícias. Elas têm que falar a mesma língua e têm que receber o investimento em estrutura de pessoal e em estrutura física.

Esse é um dado que merece ser exposto. E essa é a opinião da Ordem dos Advogados do Brasil, porque, primando pela cidadania brasileira, nós temos que também exigir que todas as pessoas que compõem essa sociedade brasileira se sintam seguras. E, para que se sintam seguras, nós precisamos mudar como se faz segurança pública no País. Entendemos que a criação do Ministério é, sem dúvida, um passo que se dá na direção do que é desejado e do que é merecedora a sociedade.

Não obstante tudo isso — e sempre que temos oportunidade nós o dizemos —, um dado merece ser colocado pelo Conselho Federal da OAB: nós não podemos também nos deixar levar pela falsa ideia, e foi exatamente a isso que me referi no início da minha fala, do que chamamos de populismo penal. Nós não podemos nos deixar levar pela ideia de que o recrudescimento penal, a ideia de que o aumento de penas, a criação de crimes, a criminalização de novas condutas irão diminuir a alta criminalidade que existe no País. A redução da maioria penal não resolverá o problema. Aumentar o número de anos em que a pessoa vai ficar presa, dificultar a progressão de regime, nada disso influencia no índice de criminalidade. Isso é uma falácia. Isso é dito em época de eleição. Isso foi dito, e as pessoas, os eleitores compraram a ideia, tanto é que os candidatos que defenderam essas bandeiras foram os mais votados. Mas quem estuda Política Criminal sabe que isso é uma falácia, isso é um populismo penal. Você diz porque a população quer ouvir, mas usa o Direito Penal diferentemente daquilo para o qual foi previsto.

Portanto, não é aumentando penas, não é desrespeitando regras constitucionais nem o devido processo legal que você vai diminuir a criminalidade. Você tem que aplicar a lei que já existe e que é suficiente. Nós não temos é aparato suficiente para aplicar a lei. Não temos investimento em delegacias, investimento em viaturas, investimento em perícia técnica, em policiais, em juízes, em promotores. Se nós tivermos o sistema como um todo funcionando, as leis serão suficientes.



O problema não é a lei, é a sensação de impunidade, é a pessoa cometer um crime e não ser punida! E não é punida porque a lei é ruim? Não, a lei está ali! A lei não é aplicada, seja a pena mínima de 2 anos, seja a de 20 anos! A lei não é aplicada. Por quê? Eu não tenho delegados e policiais para investigar. Eu não tenho escrivão para ajudar o delegado. Eu não tenho viatura para fazer o exame de corpo de delito no momento de cometimento do crime. Eu não tenho juízes suficientes, eu não tenho assessores de juízes, eu não tenho promotores suficientes. Enfim, falta estrutura, não é a lei. Eu posso mudar a lei como for; se eu não der estrutura, nada vai adiantar.

Portanto, parece-nos que estamos agora mexendo, sim, na estrutura, ao criarmos um ministério para unificar a atuação das Polícias. Agora nós estamos indo a uma ferramenta que pode, sim, vir a minorar a sensação que a sociedade tem de que a criminalidade tem aumentado sensivelmente e, igualmente, de que há impunidade.

Alguns dados também têm que ser ditos. A criminalidade tem aumentado porque a população brasileira tem aumentado. Nós não podemos também esquecer isso. A população brasileira aumenta, a criminalidade aumenta, ainda que o patamar estatístico, o percentual fique o mesmo. Se 1% da população cometia crimes em 1980, e 1% da população continua cometendo crimes hoje, é um 1% de um número muito maior. Então, nós teremos mais crimes.

E hoje você tem informação sobre crimes que antes não tinha. As informações, anteriormente, não chegavam a nós, não tínhamos Internet. Hoje nós temos. Hoje nós temos mídia, temos várias empresas de televisão. Então, hoje, a informação do crime chega às pessoas, mas não chegavam anteriormente.

Tudo isso também tem que ser considerado quando nós dissermos: “*A criminalidade aumentou muito*”. Sim, aumentou, mas quais os motivos pelos quais a criminalidade aumentou? E, some-se a isso, esse capitalismo exacerbado, essa cachoeira de vontades que as pessoas passam a ter pela propaganda que o capitalismo veicula, para que todos passem a querer objetos de desejo. Então, as pessoas querem objetos e serviços todo o tempo, algo que elas não têm condições de obter. Portanto, você desperta nas pessoas essas vontades, que são frustradas,



e elas tentam obter do jeito mais fácil, que é cometendo crimes. Isso também não pode ser desconsiderado.

Quando você lê alguns trabalhos acadêmicos sobre criminalidade, vários também discutem isto: incentiva-se a população ao consumo de produtos e serviços que ela não consegue obter com seu trabalho ordinário e lícito. Portanto, as pessoas migram para a ilicitude a fim de obter aqueles objetos de desejo, desejo frustrado tanto de serviços quanto de produtos.

Nós temos que somar todos esses elementos para não desregrar e não desvirtuar o devido processo legal constitucional, porque isso é a regra máxima da sociedade, e encontrar o ponto de equilíbrio entre a aplicação do devido processo legal, com o combate à criminalidade, e a diminuição da criminalidade.

Como se dá esse ponto de equilíbrio? Não há dúvida de que esta é Casa onde essa discussão se dará, para que se encontre o ponto de equilíbrio ideal, em que pese ser um pleonasmo dizer “ponto de equilíbrio ideal”. Mas é exatamente isso que se pretende que aconteça na Casa Legislativa, que é o Congresso Nacional, onde o povo se reúne para discutir os interesses de todos os ambientes, a fim de que se encontre o meio-termo. Qual é o meio-termo? Nós darmos concretude à Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo, darmos concretude à necessidade de segurança pública.

Como isso se dará? Acreditamos que a criação do Ministério é uma ferramenta que nos encaminhará para esse ponto de equilíbrio. Não podemos nos esquecer dos direitos e garantias individuais de cada cidadão, por pior que seja o crime de que é acusado. Mas, em contrapartida, não podemos também esquecer que é interesse de toda a sociedade se ver protegida e que seus bens jurídicos, protegidos em lei penal, não sejam violados. Como se dará isso? Com discussões e audiências públicas, como esta que agora se abre, por convite do eminente Deputado Domingos Dutra e por solicitação dos eminentes Deputados Fernando Francischini e Otoniel Lima, audiências em que se ouvem partes da sociedade para saber como encontrar esse ponto de equilíbrio.

O Conselho Federal da OAB assim faz sua participação, apoiando a criação do Ministério e se colocando à disposição para, cada vez mais, poder oferecer a sua experiência e ajuda naquilo que lhe for modestamente possível, para cada vez mais



conseguirmos detalhar a forma de criação desse Ministério, visando, por certo, o benefício da sociedade, que é o interesse de todos nós, sociedade esta que aqui é representada pelos ilustres, brilhantes e honrados Deputados e Deputadas Federais que aqui se encontram e discutem esse interesse geral.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, representando nesta audiência pública a Ordem dos Advogados do Brasil. Leve à OAB o agradecimento da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Segurança Pública.

Registro a presença da Sra. Giovana Bertolini, Coordenadora da Coordenação-Geral de Segurança, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e da Deputada Keiko Ota, do PSB de São Paulo, reeleita para mais 4 anos de batalha no Congresso Nacional.

Concedo a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Sr. Presidente, nós não podemos deixar de colocar estes dados, Sr. Pedro: são 53 mil assassinatos oficiais. O IPEA veio a esta Casa e nos mostrou claramente que há uma subnotificação de 18% desses casos. Estou falando de dados do IPEA. Isso sem levar em consideração as ossadas que nós encontramos neste imenso território brasileiro sem conseguimos determinar a *causa mortis*, e as pessoas que simplesmente desaparecem. Mas vamos ficar nos 53 mil assassinatos. Se nós dividirmos isso por 365 dias, temos 145 assassinatos por dia. É um avião caindo todos os dias. Se nós dividirmos isso por hora, temos seis assassinatos por hora, um assassinato a cada 10 minutos. Enquanto nós estamos aqui, temos mulheres, mães, filhos chorando seus mortos.

No Brasil está instituída a pena de morte para jovens negros e pobres. Se alguém for pobre, negro e jovem tem uma chance imensa de morrer no País. Nós estamos falando disso. Nós estamos falando de 550 mil presos que ocupam 320 mil vagas nos presídios. E nós estamos falando de mais 350 mil mandados de prisão expedidos que não podem ser cumpridos. É essa a nossa realidade.

Deputado Domingos Dutra, na época em que houve o problema com os cães beagles numa indústria de cosméticos, pensou-se em instituir nesta Casa uma CPI



de maus-tratos aos animais. Eu sou do Partido Verde, sou defensora da biodiversidade, dos animais, mas não consegui me conformar com aquilo diante desse quadro que nós temos de assassinatos de pessoas neste País. Eu não consegui me conformar com aquilo.

Então, nós temos que fazer alguma coisa, e já. Não dá para nos conformarmos com isso. São pobres que estão morrendo. São pessoas da periferia. Isso vai chegar até nós de forma avassaladora, mais cedo ou mais tarde. Quantos? Desculpe-me lembrar isso, Deputada Keiko Ota, mas, ao meu lado temos uma Deputada vítima do perfil mais perverso dessa violência que nós vivemos, que pagou o preço mais caro que uma pessoa pode pagar por viver num País tão violento.

Infelizmente, Deputado Domingos Dutra, nem todos podem deixar o País. Infelizmente, ou felizmente, nós temos que ficar e enfrentar esse problema, porque é para isso que nos dispomos a representar as pessoas.

Eu não sei se é caso de criação de um novo Ministério. Eu sei que, para resolver o problema da pequena e da microempresa, criou-se uma Secretaria Especial e se deu ao Sr. Afif Domingos o título de Ministro da Micro e Pequena Empresa.

Talvez nós devamos, sim, mesmo com todas as dificuldades que vivemos, com toda a necessidade de diminuir o déficit público, ter uma nova estrutura. Mas nós devemos devolver a confiabilidade às nossas instituições, Deputado Domingos Dutra. Às vezes eu fico pensando em situações muito simples do meu dia a dia. Às vezes eu estou na estrada e o motorista que vem na pista contrária me dá sinal de luz para avisar que lá na frente há uma *blitz* da Polícia Rodoviária Federal. Eu fico pensando o que leva uma pessoa a dar sinal a uma pessoa estranha, que pode ser uma traficante, para se defender de uma polícia que, teoricamente, está na estrada para lhe dar segurança. Isso é muito emblemático da falta de confiabilidade das nossas instituições.

Eu estive na Colômbia há 2 anos, por conta daquela comissão de combate às drogas, de enfrentamento às drogas na Colômbia. Depois de viver todo aquele problema dos cartéis etc., eles nos disseram: "*Nós tivemos que repensar a nossa Polícia*". O investimento maior que se fez foi na tentativa de debelar os focos de



corrupção que existiam dentro da polícia colombiana. Aqui não é diferente, pois no Paraná nós acabamos de ter um enfrentamento. Não aguentávamos mais ver caixas eletrônicos serem explodidos e havia a participação operacional da Polícia do nosso Estado dando cobertura e apoio logístico para que isso acontecesse.

Quero falar com muito cuidado, porque sei que temos muitos bons policiais, mas temos que trabalhar, nesse enfrentamento, na busca da confiabilidade, da respeitabilidade, da estruturação das nossas Polícias e, talvez, da sua unificação. É difícil ter esses dois ciclos em que a Polícia Militar surpreende, dá o flagrante, mas não dá continuidade; a Polícia Civil investiga sem estar presente ao ato no momento em que os fatos ocorreram. Eu acho que isso cria uma distorção. Eu não tenho o conhecimento de V.Exa, sou enfermeira de formação e a minha área de atuação é a saúde pública do meu País, mas eu sei que estamos vivendo uma epidemia de violência que não podemos aceitar. A ONU diz que o aceitável são no máximo 10 assassinatos por 100 mil habitantes e nós estamos vendo oficialmente (e há subnotificação, conforme eu disse) uma taxa de 24,9, quase três vezes o aceitável.

Encerro o meu pronunciamento dizendo que, mais do que contribuir para o debate, é um desabafo que faço. Acabo de vir da Comissão de Constituição e Justiça, onde discutimos num pequeno grupo as emendas de Comissão. Eu fui lá com o único objetivo de defender naquela Comissão, e consegui defender, uma emenda de 700 milhões para o Exército Brasileiro. É aquilo que V.Exa. falou das nossas fronteiras. Eu sou do Paraná. Temos fronteira com o Paraguai, sei o que passa por aquelas fronteiras do Paraná, do Mato Grosso e do Sul, sei o que sai de riqueza nossa e o que entra de armas e drogas. Nós temos que operacionalizar e instrumentalizar o nosso Exército para que faça o seu papel. Há tudo por fazer, Deputados.

Não estarei aqui na próxima Legislatura, por opção minha, mas espero que Deus esteja com cada um dos senhores, com os assessores, que trabalham nos bastidores desta Comissão, para que possamos fazer a nossa parte. Quanto a mim, estarei trabalhando no local, porque acredito na força local para mudar o global. Acredito que posso fazer muito pelo meu País se trabalhar pelo meu Estado, pela minha cidade, pelo meu bairro. E é nessa sequência que vou continuar a minha luta.

Parabéns por esta audiência!



Agradeço ao Sr. Pedro pela presença. E, às pessoas que estão nos vendo e ouvindo, tenham ciência de que não podemos nos conformar com esse estado de coisas. Isso não é natural e não é isso o que queremos para as nossas vidas, para a vida de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputada Rosane Ferreira, pela contribuição. V.Exa. não vai estar aqui no próximo ano e eu também não, mas estaremos cumprindo até o último dia do mandato com as nossas obrigações, com os compromissos que assumimos com a população, sem discriminação, mas priorizando os mais pobres, que são as grandes vítimas desse sistema capitalista perverso, sem limite, que tem no lucro o objetivo principal. V.Exa. vai voltar para o seu Município no Paraná e eu vou voltar para o meu Maranhão, mas cada um vai continuar contribuindo com o País, porque nós não desistimos de ter um país justo para todos.

Concedo a palavra à Deputada Keiko Ota, avisando, sem pretensão de constrangê-la, que a Presidência da Câmara está nos convocando a suspender os trabalhos para que tenha início a Ordem do Dia. Mas como não há uma punição para nós, vamos transgredir essa deliberação do Presidente, porque o tema é mais importante do que a ordem do Presidente.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Boa tarde a todos e a todas. Eu lamento muito o fato de o senhor não estar aqui nos próximos anos, porque é grande defensor dos direitos humanos, uma pessoa que poderia realmente contribuir muito. Tenho certeza de que lá, no seu Estado, o senhor não vai abandonar a sua luta e isso vai repercutir aqui.

Eu gostaria de dizer que acho de extrema importância este debate, por causa do momento que estamos atravessando, onde a violência está realmente passando dos limites. Segundo as estatísticas, são 53 homicídios. E aqueles que morrem no hospital? Já vai para 60 mil. E as nossas crianças, abusadas sexualmente? O Brasil está vivendo um grande caos, e realmente nós temos que parar para pensar.

Eu quero cumprimentar o Dr. Pedro e comentar o que ele disse sobre a redução da maioria penal. Eu também não acho que essa seja a solução para diminuir a violência, mas é um clamor da sociedade. Imaginem viver, conviver com



medo, com sofrimento! A sociedade não quer a redução da maioria, mas uma resposta para esse tipo de crime. Mas eu vejo que a vontade política de fazer algo acontecer está muito além, e nós precisamos enfrentar isso.

Eu vejo nas periferias, hoje, Deputada, que a referência daqueles meninos de 12, 13, 14 anos não é mais o pai, o Governo, ou os professores, mas o PCC. A que ponto nós chegamos? Onde o Estado, o amor e o acolhimento estão fora, as crianças vão ficando mais violentas.

Esses 53 mil que estão estampados nos jornais e que estão morrendo nas mãos dessas pessoas... E essas crianças também são vítimas da violência. Elas nada mais são do que aquelas crianças que sofreram violência, assistiram a isso dentro de casa. E, quando chegam à idade adulta, vão colocar esse sentimento de ódio e de rancor de uma forma violenta, se prostituindo, se drogando ou até tirando a vida do outro, inconscientemente. Por quê? Por causa do ódio que destrói e corrói.

Todo ser humano é divino por natureza. O que leva à violência é o ódio e precisamos eliminar isso. Uma pessoa que está de bem com a vida pode estar com um revólver, mas não mata. Antigamente a pessoa roubava e não tirava a vida do outro, saía correndo, mas hoje ela faz questão de matar.

Realmente nós precisamos trabalhar uma cultura de paz onde as crianças e os adolescentes possam valorizar essa questão da solidariedade e da cidadania. Nós precisamos incutir isso na cabeça deles e trabalhar a educação da vida nas escolas públicas para aquela criança que deveria estar recebendo esse tipo de educação em casa. A criança que não está bem dentro de casa porque viu sofrimento e violência, vai para escola e apresenta um bloqueio pela violência sofrida. Então, ela não consegue assimilar a matéria. E fica à mercê de quem? Do crime, da prostituição. É preciso ter políticas públicas para realmente enfrentar tudo isso. Todo mundo tem que fazer a sua parte, porque o problema da violência é de todos nós. Todos nós podemos ser vítimas.

Temos que ter leis mais duras, sim, para coibir o efeito da violência, mas a causa nós temos que cuidar a partir das nossas crianças. Se não investirmos na educação da vida dentro da escola pública, nós vamos retroagir sempre e vai aumentar essa violência.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Obrigado, Deputada Keiko.

Quero registrar a presença do Sr. Paulo Roberto de Almeida, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil — ADEPOL. Seja bem-vindo.

Não sei se a Sra. Giovana e o Sr. Paulo Roberto gostariam de falar alguma coisa? (*Pausa.*)

Eu acho que aqui nós tentamos reabrir o debate. Espero que na próxima Legislatura tanto a Comissão de Direitos Humanos como também a Comissão de Segurança Pública retomem essa discussão, porque, se não for retomada por iniciativa própria, a sociedade vai exigir.

Esse é um tema muito complexo e acho que nenhum de nós tem uma receita pronta, nós temos contribuições a oferecer.

Como leigo que sou, Dr. Paulo, tenho a impressão de que hoje a violência não está limitada nem prepondera por conta da pobreza. Acho que hoje a violência está mais direcionada para as organizações criminosas, que estão mais fortes do que o Estado — as organizações que tratam do tráfico de drogas, do tráfico de armas, as organizações que controlam os presídios, como o PCC.

Domingo, o *Fantástico* mostrou em três Estados — Paraná, Rio Grande do Norte e mais um do Nordeste — os líderes comandando de dentro das cadeias. Há verdadeiros grupos com um poder bélico fantástico e com uma capacidade de gerar lucro maior do que qualquer grande empresa brasileira.

A questão da corrupção. Para mim, a corrupção no aparelho público é hoje o maior estímulo para outras criminalidades, porque, na medida em que o servidor público — seja ele concursado, de cargo de confiança ou eletivo — se utiliza desses espaços para praticar corrupção e desviar recursos, além de estimular o crime, ele está impedindo que parte desses recursos seja aplicada justamente nas áreas a que o senhor se referiu, para diminuir a pobreza, para levar lazer, para levar cultura, para gerar emprego nas periferias.

Dos casos recentes, não só o da PETROBRAS nos assusta pelo volume, porque é uma grande empresa, onde tudo envolve bilhões. Se você descer para os Municípios — como faz a *TV Globo*, no programa *Fantástico*, que iniciou a exibição, a quatro domingos atrás, de um quadro *Cadê o meu dinheiro que estava aqui?* A



cada domingo, a reportagem vai a um Município. E, gente, é uma farra de dinheiro público! Se você colocar aí 5.572 Municípios, eu acho que, no mínimo em 5 mil Municípios, há desvio de dinheiro público, há sonegação. Portanto, eu acho que as organizações criminosas são hoje muito mais perigosas, muito mais difíceis do que os crimes ocorridos nas periferias motivados pela pobreza.

Há outros fatos com que eu tenho me preocupado, como as violências que acontecem dentro de casa, nas relações entre marido e mulher, entre companheiro e companheira, entre filhos. Domingo surgiu novamente o caso da Isabella Nardoni. Não eram pobres! Uma criança foi assassinada pela madrasta com a conivência ou com a participação do pai. Eu me lembrei agora do caso do garoto Bernardo, no Rio Grande do Sul. Há também o caso Matsunaga, em São Paulo, em que a mulher rica, morando no prédio mais luxuoso de São Paulo, mata o marido, esquarteja o corpo, coloca-o dentro de uma mala e joga-o no mato. Ou o caso que houve no Rio de Janeiro e que vi pela televisão, há cerca de 2 anos, em que a amante, por desacerto com o companheiro, vai à escola, pega o filho do amante e o leva para a pousada, mata-o, coloca o corpo dentro de uma mala e joga fora. Quer dizer, esses casos, que são multiplicados pela mídia, nos dão a sensação de que estamos no fundo do poço.

Outro elemento com que eu me preocupo — e há até um projeto nesse sentido — são as redes sociais. Eu recebo, neste telefone aqui, uma quantidade de corpos que as pessoas mandam sem a gente pedir. São imagens de corpos de vítimas de acidente de trânsito ou de morte por arma branca. As pessoas botam nisso aqui e nossas crianças de 6, 7 anos — eu tenho uma criança de 7 anos — pegam um celular desse aqui e revira de cabeça para baixo.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Sr. Presidente, a respeito do que o senhor está falando, eu tenho na Comissão de Segurança Pública um projeto de lei que tem o intuito de fazer com que nós não banalizemos a violência, como estamos banalizando, com a veiculação de imagens de violência explícita nos programas ditos policiais. E é exatamente dessas coisas que estou falando, de



coisas como viralizar — é assim que a gente fala? A questão tecnológica ainda é meio difícil para a gente —, nos meios de comunicação, imagens como essas de que o senhor está falando. Isso cria uma situação de que é normal o fato de matar, de esquarterar. Nós temos que mudar isso! Eu não tenho nenhuma dúvida. Não dá para cenas de violência explícita ser entretenimento. Nós não podemos fazer isso.

Em relação ao que o senhor falou da corrupção, eu só quero lhe dar um dado. As quantias são tão grandes que chega a ser difícil entender suas dimensões. Somente o valor que o ex-gerente da PETROBRAS, Pedro Barusco, prometeu devolver aos cofres públicos são 250 milhões, o que equivale aos recursos disponíveis por 1 ano em 35 Municípios do meu Estado! Trinta e cinco cidades do Estado do Paraná, juntas, terão um orçamento menor do que 250 milhões para os Prefeitos tocarem as suas cidades e garantirem educação, saúde e segurança. É disso que estamos falando, e é com isso que nós não podemos nos conformar.

Parabenizo o senhor por fazer essa veiculação e essa vinculação entre a questão da corrupção e a da violência.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o estrago desse agente público foi infinitamente maior do que o de um bandido com um fusível na Favela da Rocinha ou na periferia da cidade de Curitiba. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Nós temos que trabalhar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Eu incorporo o aparte de V.Exa.

Eu vou deixar aqui um projeto nesse sentido. Infelizmente, o nosso Parlamento delibera muito pouco sobre projetos de iniciativa dos Parlamentares, um Parlamento que está em função do Poder Executivo principalmente, mas vou deixar um projeto que proíbe a veiculação de cenas violentas em TVs e jornais. Alguns canais de televisão País afora, às 6 horas da manhã, na hora do café, exibem um cadáver. Já vi, em jornais, vítimas de acidentes de trânsito com a cabeça de um lado e o pé do outro. Quer dizer, isto é um absurdo!

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - É a verdadeira cultura da violência. Até essa cidade está violenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Então, tudo isso tem que ser repensado. Como é algo sensível, como não se pode fazer nada, porque seria



atentar contra a liberdade de imprensa, eu acho que tem que haver um diálogo com a mídia para evitar essa banalização.

Eu coloco mais duas questões. As estatísticas nos dizem que, no sistema carcerário, 49% dos presidiários estão presos por crimes praticados contra o patrimônio: roubo, furto, e assim por diante; 26%, por causa de drogas; apenas 12%, por homicídio. Ou seja, do crime mais grave, que é o crime contra a vida, o Estado não dá conta. Eu li estatística do Ministério da Justiça que aponta que se chega a uma solução em apenas 4% dos homicídios ocorridos no Brasil, ou seja, em mais de 90% dos crimes contra a vida, a polícia não consegue chegar ao final. É o crime mais grave! E, de repente, por uma lógica capitalista — é evidente que deve ser protegido —, a atenção do poder público se volta para proteger o patrimônio e não proteger a vida.

E a questão da unificação tem que ser revista. A Polícia Militar faz a prevenção, prende, entrega para a Polícia Civil, que faz o inquérito. Na Polícia Civil, muitas das vezes o delegado não dá conta, não tem investigador, não tem instituto de criminalística, faz o inquérito malfeito; vai para o Poder Judiciário e o juiz manda dar vista para o promotor, depois chega o advogado com qualquer defesa e solta. Aí a população diz o quê? *“Polícia prende, juiz solta.”* Mas se há uma lei, e se a polícia não teve os equipamentos suficientes para fazer um bom inquérito para preservar a cena do crime, para pegar a testemunha, porque ninguém quer ser testemunha. Todo mundo tem medo. Resultado: chega no Judiciário, solta. Aí não se chega ao final. O número de júri popular em qualquer cidade do Brasil é infinitamente inferior ao número de homicídios.

Na minha cidade, São Luís, que tem 1 milhão e 200 mil pessoas, morrem 100 pessoas por mês. Isso é quase 100 vezes o número tolerável pela ONU. Muitas das vezes, nós não temos estatística para quantificar o número de mortos.

Eu quero agradecer a OAB, em nome de toda a Comissão, desejando que este tema volte ao debate. Eu agradeço a todos e desejo que este tema seja abordado por todos na próxima Legislatura, porque a sociedade vai continuar exigindo.

Obrigado, Dr. Paulo, pela sua contribuição. E agradeço também ao Presidente da OAB pela contribuição.



Lamento encerrar a reunião, mas está iniciando a Ordem do Dia.

Está encerrada a reunião.